

NÃO SE PODE DETER O AVANÇO DA CIÊNCIA?

Marcos Barbosa de Oliveira

Universidade de São Paulo

Publicado em *Reportagem* V(68), maio 2005, pp.42-43.

Sempre que a ciência e a tecnologia estão na berlinda, e particularmente nos últimos tempos, com o acirramento das controvérsias sobre transgênicos, clonagens, pesquisas com células-tronco, etc., ouve-se com frequência a alegação de que “não se pode deter o avanço da ciência”. É uma tese curiosa, cuja análise pode ser bastante reveladora do que está por trás das posições científicas que ela expressa.

A tese é curiosa porque tem um quê de paradoxal. Uma de suas premissas implícitas é a valorização da ciência moderna, como paradigma de racionalidade, e como a principal alavanca do progresso material da humanidade. Essa valorização nasce junto com a Revolução Científica, que dá origem à ciência moderna, e se consolida no Iluminismo, como núcleo do que veio a se tornar a concepção dominante de ciência no mundo ocidental. Mas há no Iluminismo uma outra idéia fundamental, a da emancipação, do homem liberto das superstições e autoridades, livre para pensar com a própria cabeça e agir segundo os ditames da razão, senhor de si e da natureza. Ora, não poder deter o avanço da ciência é uma limitação de nossa liberdade, é fazer dela uma divindade, à qual o homem deve se submeter. A tese tem na verdade o caráter de uma advertência: está condenada ao fracasso qualquer tentativa de deter o avanço da ciência. Mas pelo menos nesse terreno, não há porque não reafirmar o ideal iluminista emancipatório: afinal, a ciência é uma criação humana – que história é essa de que não podemos deter seu avanço? Havendo boas razões para tanto, não deveríamos no mínimo tentar?

Mas talvez não seja intenção dos paladinos da ciência que a tese seja interpretada desta forma, talvez eles estejam querendo dizer apenas que não se *deve* deter o avanço da ciência. Temos agora uma tese bem mais plausível, podemos verificar se ela se sustenta. Estudando a história da concepção dominante de ciência, percebe-se que em seu desenvolvimento foi fundamental a idéia de ciência pura, do conhecimento como um fim em si mesmo. É uma idéia antiga, que vem pelo menos desde Aristóteles. Na modernidade a ela se associam, por um lado, a concepção obsessiva do conhecimento científico como uma busca sem fim, por outro, o caráter desencantado da

visão de mundo que a ciência oferece – uma visão puramente descritiva, factual, em que a natureza é destituída de qualquer valor intrínseco – ficando assim legitimada a postura de dominação em relação a ela. Essas três idéias em conjunto sustentam a tese de que a ciência é neutra, que por sua vez serve de base para que seja colocada como um valor universal, e para se reivindicar para ela a autonomia – o direito de decidir seu próprio destino. Se a ciência tem em si mesma a motivação – que é pura – para se desenvolver indefinidamente, e se não está contaminada por valores sociais, sempre sujeitos à contestação, então não há razão para não deixá-la seguir seus próprios passos.

Um dos problemas com este arrazoado, suficiente para fazer desabar toda a estrutura, é que um de seus pilares, a idéia de ciência pura, perdeu a validade. Há aqui uma longa história a ser contada mas, ficando apenas com sua última etapa, que coincide, não por acaso, com o período neoliberal, verifica-se a olho nu que, cada vez mais, a ciência é valorizada apenas por sua capacidade de gerar tecnologias. Trata-se de um processo de tecnologização da ciência, que é parte de um processo mais amplo de tecnologização da vida, em que todos os problemas – sociais, pessoais, até existenciais – passam a ser vistos como problemas tecnológicos, passíveis de solução pela aplicação do conhecimento científico. A tecnologização da ciência provoca uma fusão dos dois domínios num amálgama designado por “tecnociência” – um neologismo surgido, significativamente, no período neoliberal, e de uso cada vez mais freqüente. Mas este é apenas um dos aspectos do movimento de obsolescência do conceito de ciência pura. O outro é o aprofundamento do processo de mercantilização a que são submetidas a ciência e a tecnologia. A tecnologia, pela extensão e fortalecimento do sistema de patentes; a ciência, por meio da reforma neoliberal da Universidade, dos institutos de pesquisa e das agências de fomento, enfim, por toda a política científica hegemônica nos países do mundo globalizado. No Brasil, a recente Lei de Inovação não deixa dúvidas a respeito disso. Dessa forma, o que decide os rumos do avanço da ciência, a saber, o requisito fundamental para que sejam alocados recursos para a realização de um projeto de pesquisa, passa a ser não propriamente seu potencial de gerar aplicações *úteis*, mas de gerar aplicações *rentáveis*. Se for rentável mesmo não tendo utilidade (o que é bem possível, se por “útil” se entende contribuindo de qualquer forma para o bem-estar da humanidade), tudo bem. Mas, em oposição ao ideal de ciência pura, nos dois casos o que importa são as aplicações. E por outro lado, como é o mercado que determina o que é e o que não é rentável, é ele que passa a ditar o ritmo e o rumo da pesquisa tecnocientífica.

Para que se sustente a tese de que não se deve deter o avanço da ciência, é necessário que a ciência seja de fato autônoma: só isso garante a pureza das motivações que impulsionam seu desenvolvimento. Ora, se a ciência abdica de sua autonomia colocando-se a serviço da nova divindade, o mercado, então não pode ao mesmo tempo reivindicar o privilégio de não ter seu avanço questionado.

Antes de explicar que formas esse questionamento pode assumir, convém passar a uma terceira etapa de nossa análise, observando que a tese “não se pode – ou não se deve – deter o avanço da ciência” traz implícita em sua formulação uma caricatura dos adversários na luta de idéias aos quais ela se dirige. Trata-se de associar aos críticos a pecha de obscurantismo, de ocultar o fato de que além de deter ou não deter há outras alternativas em relação ao avanço da ciência, como a de diminuir seu ritmo (por que não?) e/ou alterar os rumos de seu desenvolvimento. Em outras palavras, trata-se de escamotear o fato de que entre os críticos, além dos extremistas, que sempre aparecem, há também aqueles que, não sendo fundamentalistas de mercado, percebem que a tecnociência está tão comprometida com o neoliberalismo que não pode deixar de ser vista como co-responsável por suas bem-conhecidas mazelas – as desigualdades, entre países e no interior de cada país, a violência, a degradação do meio ambiente, etc. São críticos que acreditam na existência de formas alternativas, mais sensatas, de praticar a ciência e a tecnologia, de caminhos mais promissores que a pesquisa poderá trilhar, desde que liberta da submissão ao mercado (como o da agroecologia, em contraposição à biotecnologia e ao agronegócio). Esta linha de pensamento não se contenta com a críticas genéricas à ciência e à tecnologia; procura mostrar, setor por setor e caso por caso, concretamente, as conseqüências nefastas de seu processo de mercantilização.

Considere-se, p. ex., os casos mais recentes – do Vioxx e de outras drogas – envolvendo a indústria farmacêutica. Como se sabe, com o escândalo veio à tona um aspecto chocante das pesquisas para a avaliação da eficácia e da existência de efeitos colaterais de novas drogas, a saber, o fato de que os pesquisadores, cientistas supostamente neutros, financiados pelas indústrias farmacêuticas, corriqueiramente assinam com elas contratos que os proíbem de divulgar resultados desfavoráveis à droga investigada – com as conseqüências que agora ficaram patentes. Voltando ao nosso tema central, será que uma ciência que se vende por tão pouco, que abre mão com tanta facilidade de seus mais elementares princípios metodológicos e éticos, tem moral para exigir que seu avanço seja colocado acima de questionamentos?